

A CIDADE DE FORTALEZA E PROBLEMÁTICA HABITACIONAL: HABITAÇÕES COLETIVAS (1980-2000).

LA VILLE DE FORTALEZA ET LES QUESTIONS DE LOGEMENT : LE LOGEMENT COLLECTIF (1980-2000).

Nathália Dhéssica Teófilo Fernandes¹

9

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19121673>

RESUMO

Durante os anos 80, o Centro de Fortaleza, passou por um fenômeno novo nas pesquisas sobre habitação. Segundo dados da Prefeitura de Fortaleza, houve o aparecimento de 195 casas de cômodo, nomenclatura que se encaixa em habitações coletivas (habitações multifamiliares, que têm cômodos de uso comum entre seus residentes). Estes tipos de habitações não eram/são um fato novo na história, estando presentes na Europa ao longo do século XVIII e XIX, em outras capitais do Brasil no final do século XIX e XX. A ocorrência de habitações coletivas precárias deixa em evidência o problema habitacional em espaços central. O objetivo desse trabalho é refletir acerca da existência e das experiências domiciliares em habitações coletivas no Centro de Fortaleza e como estão inseridas em uma problemática habitacional no qual é negada/ignorada pelo poder público.

Palavras-chave:Habitações Coletivas. Espaço Central. Memória. Cidade.

RÉSUMÉ

Au cours des années 1980, le Centre de Fortaleza a connu un nouveau phénomène dans la recherche sur le logement. Selon les données de la mairie de Fortaleza, il y avait 195 maisons d'une seule pièce, une nomenclature qui correspond à l'habitat collectif (logement multifamilial, qui dispose de pièces à usage commun entre ses résidents). Ces types d'habitations n'étaient/ne sont pas un fait nouveau dans l'histoire, étant présents en Europe tout au long des XVIIIe et XIXe siècles, et dans d'autres capitales du Brésil à la fin des XIXe et XXe siècles. L'apparition d'habitats collectifs précaires met en évidence la problématique du logement dans les espaces centraux. L'objectif de ce travail est de réfléchir sur l'existence et les expériences de logement collectif dans le Centre de Fortaleza et comment elles s'insèrent dans un problème de logement dans lequel il est nié/ignoré par les pouvoirs publics.

Mots-clés : Logement collectif. Espace central. Mémoire. Ville.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História, Cultura e Espacialidade – PPGHCE – UECE.

1 INTRODUÇÃO

O caminhar e pensar a cidade é uma prática de análise constante que envolvem fatores para, além, do espaço físico. O urbano se transforma e modifica em uma dinâmica mútua os seus ocupantes, as passagens mostram sinais do tempo de uma cidade que não existe mais, porém que ainda está guardada nas lembranças e no imaginário de quem a viveu.

O Centro de Fortaleza/CE que antes era visto pelo Glamour, da dita “Belle Epoque” agora mostra sinais de abandonos que ficam visível aos seus passantes que o associam apenas ao cotidiano comercial existente naquele local, porém em meio ao caos urbano existe a problemática do esvaziamento do espaço central e o surgimento, nos dados habitacionais da Prefeitura de Fortaleza, de 195 casas de cômodos, tipologia de habitações coletivas, existindo a coletivização de alguns cômodos (sala, cozinha, lavanderia, banheiro...) entre 1980-1991, enquadrando-se em habitações multifamiliares existentes até os dias atuais. O alto preço dos imóveis e esvaziamento de habitações unifamiliares favorecem para o aumento de habitações precárias no espaço central.

A falta de moradia de qualidade ou o déficit habitacional não é um problema específico do centro de Fortaleza, sendo presente em toda capita cearense, conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor. A questão da falta moradia e acessos na cidade de fortaleza é uma equação que tem como elementos o planejamento urbano e o mercado imobiliário que impossibilita as pessoas com menor poder aquisitivo a adquirir um imóvel de qualidade em uma área de acessos e serviços básicos.

A falta de preocupação com a moradia ou a facilidade em marginalizar um grupo em meio uma ocupação habitacional é instrumento para negar o direito à cidade de sujeitos específicos. Pensar em moradia é refletir sobre experiências de diferentes pessoas, reforçando o funcionamento de um Estado Democrático que preza pela cidadania.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRIA E CIDADE

Não se pode pretender que a cidade tenha escapado às pesquisas dos historiadores, dos economistas, dos demógrafos, dos sociólogos. Cada uma destas especialidades traz sua contribuição para uma ciência da cidade. Já foi constatado e verificado que a história permite elucidar a gênese da cidade e sobretudo discernir melhor que qualquer outra ciência a problemática da sociedade urbana.²

² LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. Tradução: Rubens Eduardo Farias, Editora Centauro, São Paulo, 2001.

Henri Lefebvre em seu capítulo intitulado “As ciências parcelares e a realidade urbana” presente em seu livro “O direito à cidade”, aponta a necessidade de se pensar o urbano, a importância do estudo interdisciplinar sobre a cidade e a sociedade urbana, colocando a ciência histórica como crucial para essa análise, segundo ele, a historiografia, por vezes, negligencia esse campo de estudo. A escrita de seu livro é de meados dos de 1960, e desde lá houveram várias modificações na escrita e na investigação histórica, os estudos sobre cidades e urbanidades ganharam e ganham cada vez mais destaque, porém a crítica do autor ainda é bastante pertinente.

A história durante o século XIX era considerada “o estudo do passado humano”, uma definição bastante limitada e limitante que ignora as diferentes dinâmicas e temporalidades existentes. Marc Bloch quebra essa definição em sua obra “Apologia da história”, quando diz, contrapondo essa ideia, que “A História é o estudo dos homens no Tempo”, tirando-a somente do espectro do passado³. Na atualidade sabemos que a historiografia tem forte ligação com o presente, pois as motivações e as reflexões de seus interpretes partem do hoje, além disso, também possuímos o campo intitulado “História do Tempo Presente”, que traz as análises históricas para os dias que correm, em uma temporalidade mais voltada para os dias atuais.

Outro ponto importante para estudo da história são os espaços em que os sujeitos estão situados, não é possível existir a sociedade sem a espacialidade, os personagens sociais partem e estão localizados em um lugar, no qual modificam e são modificados. O espaço para a historiografia, diferente da definição geográfica, é visto a partir da constante relação mútua com o sujeito, como aponta Ramos em sua análise lefebvreviana: “o corpo e espaço se convertem um no outro. Não dá para falar de corpo sem pensá-lo espacialmente, nem de espaço sem pensar no corpo”⁴.

A construção dos sujeitos nos espaços é feita a partir de suas subjetividades. Tomaremos de exemplo a casa, quando iremos morar em uma nova habitação fazemos visitas para entender se aquela moradia atende as nossas necessidades mínimas, ainda durante o processo de locação é pensado em como se poderia organizar aquela casa, onde iria ficar o armário, a geladeira, o fogão, a mesa... A organização da casa é sua, você constrói, mas é o espaço da casa que irá limitar e direcionar aquela organização. O exemplo da casa pode ser trazido para outros espaços da cidade,

³ BARROS, José D’Assunção. História, Espaço, Geografia. Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

⁴ RAMOS, Elvis C. M. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. Geosp, v. 25, n. 2, e-181965, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965/174453>

como bares, boates, trabalho, a partir de sua relação mútua, no qual você constrói/modifica o espaço e também é modificado por ele, podendo ocorrer de forma semelhante em ruas, bairros que vão expressar hábitos, crenças e imaginários de seus moradores. O espaço não existe sem a vida social⁵.

Pensar na constituição social dos espaços dentro de uma perspectiva das subjetividades e do capital é pensar em espaços desiguais e, por vezes, segregacionista. Em que existiram bairros direcionados a pessoas com um maior poder aquisitivo e outros para de menor poder aquisitivo, influenciando na estrutura e acessos, como também como o poder público lida com eles (bairros planejados versus bairros “desordenados”).

A definição de cidade utilizada nesses escritos é de Lefebvre, que a define, inicialmente, como: “sendo projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano”⁶

A cidade é o local de contradições, cheia de lacunas, espaços, paisagens que vão se modificando a cada caminhada aos olhares atentos. Como já mencionado, a dinâmica do urbano é dual, ele nos modifica e nós também a modificamos, mas isso ocorre de maneira gradual a partir dos interesses dos grupos que a ocupam e principalmente o interesse do capital, se tornando, por vezes, como o “lugar do desejo”.

A paisagem urbana é construída, em geral, pelo “ter” ou “não ter”, faixa de uma casa, prédio, escola não é para quem a habita, mas para quem está fora dela, dando uma ideia de prestígio do que o aguarda dentro da mesma. A ideia do visual não é apenas sobre estruturas física/imóveis, mas sobre tudo que se pode ver, o querer começa com o olhar, gerando uma falsa ideia de necessidade, na prática isso separa as pessoas em grupos sociais baseados na renda e no poder de compra.

Segundo o autor:

(...) a cidade se manifesta como um grupo de grupo, com sua dupla morfologia (prático-sensível ou material, de um lado e social do outro). Ela tem um código de funcionamento centrado ao redor das instituições particulares, tais como a municipalidade com seus serviços e problemas, com seus canais de informação, suas redes e seus poderes de decisão.⁷

⁵ RAMOS, Elvis C. M. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. Geosp, v. 25, n. 2, e-181965, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965/174453>

⁶ LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. Tradução: Rubens Eduardo Farias, Editora Centauro, São Paulo, 2001. P. 62.

⁷ Ibid.

Portanto, o poder público, através de seus planejamentos pode ressaltar as desigualdades entre grupos sociais, acatando as vontades dos mais abastecidos financeiramente.

A preocupação aqui demonstrada é para além da forma ou estrutura da cidadina, mas como essa é acessada, organizada, planejada e administrada. E assumo, desde já, que não penso no espaço urbano de forma homogênea, ele é extenso, múltiplo, ganhando forma, às vezes, de maneira desorganizada e não planejada a partir dos inchaços populacionais e/ou falta de preocupação com públicos específicos.

A cidade é constituída de espaços múltiplos e memórias, fazendo com que cada local ganhe um significado singular para os diferentes personagens sociais. O espaço utilizado pela história é social, sendo fruto das diferentes dinâmicas ocorridas na sociedade, sendo considerado geográfico e/ou político, como mostra o historiador José D' Assunção Barros:

As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social.⁸

O caminhar pelo centro de Fortaleza feito por um passante/pedestre tem um significado diferente se comparado com o de um morador ou ex-morador do local. Observar a distância ou só por alguns instantes em movimento não possibilita notar a magnitude e a subjetividade das experiências e memórias dos espaços. Segundo Michel Certeau, quando se pensa em olhares para a cidade podemos observar:

Mas “embaixo” (down), a partir dos limiaries onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhates, pedestres, Wandersmännner, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo.⁹ (159)

Fazer parte do urbano, de um centro, é estar dentro de um movimento contínuo, que muitas vezes impede as percepções, o personagem constrói o espaço por alguns minutos, mas o movimento, no percorrer das distâncias pode fabricar uma paisagem cultural longe das reflexões e dos olhares do sujeito, que por estar movimento, não se percebem como construtores de onde passam, de acordo com Certeau, uma espécie de cegueira que caracteriza a cidade habitada e o autor ainda completa:

⁸ BARROS, José D'Assunção. História, Espaço, Geografia. Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. P. 462.

⁹ CERTEAU, Michel de. Invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Vozes, Petrópolis, RJ, 1994, p. 159.

Caminhar é ter falta de lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio. A errância multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e cruzamentos desses êxodos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a Cidade. (...) universo de locações por um não lugar ou por lugares sonhados. (170)¹⁰

Viver na cidade cheia de inconstância, dúvidas e multiplicidade se torna um sonho, no qual se cria a expectativa por uma cidade que não existe, que lhe possibilita fáceis acessos e um lugar para si, para além da moradia, uma construção de subjetividade e tradições. O que se espera da cidade, não é construído e nem recebido, principalmente se essa local for do capital, com urgências que vão pensar inicialmente no dinheiro ao invés dos seus habitantes. Se entender na cidade é também se conhecer enquanto indivíduo que a modifica com os olhares, ações e passos.

O plano para o espaço central a partir da perspectiva de modernização do século XX falhou, tendo nesse espaço personagens sociais que eram negados e invisibilizados, mas antes de falarmos sobre isso, é importante entender que plano era esse e quem eram esses grupos e personagens.

2.2 O CENTRO DE FORTALEZA E A QUESTÃO DA MORADIA: OS USOS E DESUSOS DAS HABITAÇÕES COLETIVAS E ESPAÇOS CENTRAIS.

O centro de Fortaleza é um espaço múltiplo, durante o período diurno e vespertino temos um local movimentado, com gritos de comerciantes de rua (camelôs), com o ir e vir de passantes e trabalhadores, e um grande número de lojas sempre abertas para receber seus consumidores, além disso, também teremos restaurantes voltados para a alimentação dos trabalhadores e compradores do espaço central. O centro descrito é o que gera economia, que é liderado pelo viés capitalista e que foi ganhando cada vez mais espaço com a saída e diminuição do número de lojas. O centro noturno, após o horário comercial, é um local mais silencioso, sem o movimento comercial podemos ver a movimentação de alguns bares, motéis, prostituição e um grande número de pessoas em situação. As duas dinâmicas ocorrem no mesmo local, porém uma considerável rentável enquanto a outra é posta como imperceptível.

Possuindo 8.655 hab./km², segundo o último censo, que ocorreu no ano de 2021, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece)¹¹. O município de Fortaleza

¹⁰CERTEAU, Michel de. Invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Vozes, Petrópolis, RJ, 1994, p. 170.

¹¹ Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2022/01/05/estudo-revela-os-maiores-e-menores-municipios-cearenses-com-relacao-aos-indicadores-sociais-e-economicos/#:~:text=J%C3%A1%20com%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%20densidade,de%208.655%20hab.%2Fk>

apresenta a maior densidade demográfica do Ceará e é considerado um dos mais desenvolvidos economicamente e estruturalmente, apesar disso é marcado por uma forte desigualdade social, na qual transforma a cidade em múltiplas.

A cidade de Fortaleza, é uma metrópole que teve seu desenvolvimento tardio, ganhando o título de vila e capital do Ceará em 1726¹², período, no qual, era considerada inferior se comparada a outras vilas presentes no estado, na época, como mostra o trecho abaixo:

O primeiro presidente da capitania autônoma, Bernardo Manuel de Vasconcelos, ao chegar a Fortaleza, espantou-se com a pobreza da capital onde havia “uma falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade”. E comparou-a à vila de Aracati de “numerosa população, comércio bem estabelecido”, acrescentando que: “A civilidade, a polidez de seus habitantes fazem esta Vila [o Aracati] assás recomendável, juntando a isso uma agradável e regular arquitetura nas suas casas, e no grande número delas os donos possuem avultados cabedais”. Enquanto a vila de Fortaleza era “um montão de areia profundo apresentando do lado pequenas casas térreas, encontrando nesta classe a muito velha e arruinada casa dos governadores”. (Ofício de 1º. 01.1800)¹³

Fortaleza teve avanço urbano a partir do suas relações comerciais, com a abertura dos portos em 1808, juntamente com a autonomia administrativa do Ceará, em 17 de janeiro de 1799, que anteriormente dependia da província de Pernambuco.

O crescimento da cidade, no século XIX, se deu aos arredores do Rio Pajeú, local onde funcionava o centro administrativo. Com alguns comércios, o centro ficava dividido em sua função comercial e habitacional da elite fortalezense, que almejava viver a vida em moldes europeus. Com as estiagens esse local passa a ser também procurado pelos retirantes das secas, sendo as mais graves 1877, 1878 e 1879¹⁴.

A chegada dos retirantes na capital no Ceará ocorreu simultaneamente no mesmo período de surtos de epidemias, como a cólera, varíola e febre amarela, o que resultou em um grande temor da elite fortalezense, sucedendo na tentativa de isolamento dos viajantes, que foram destinados a abarracamentos distante do centro da cidade.

m2. [acesso: 25 de dezembro de 2022]

¹² COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. Revista do Instituto do Ceará – 2014.

¹³ COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. Revista do Instituto do Ceará – 2014. Página 87.

¹⁴ SOUZA. Simone de; NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Seca. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.

A ideia de salubridade ou temor das epidemias escondia uma segregação higienista, através de uma divisão de quem poderia ocupar o centro da cidade e ter acesso aos seus serviços e empregos. Os sertanejos foram criminalizados, não era incomum que jornais da época expressassem o medo da elite de ter suas lojas roubadas por esses novos habitantes de Fortaleza¹⁵.

A saída da aristocracia fortalezense do centro iniciou-se de forma gradativa no final da primeira metade do século XX, esses iam para bairros como Benfica, Jacarecanga, Aldeota e Meireles¹⁶, sendo os dois últimos considerados, em 2014, os maiores IDH de Fortaleza.

Além do surgimento de novos bairros, o século XX, assim como o século XIX, também foi marcado pelo grande aumento populacional em decorrência, em sua maioria, do êxodo rural, a busca da sobrevivência em meio a estiagem adentrando para o ambiente urbano. A população citadina, segundo os resultados censitários de 1950 apresentou um aumento de 49,9% em relação ao ano anterior, nos anos de 1950/60, 1960/70 e 1970/80 os índices de crescimento foi de, respectivamente, 90,5%, 66,6%, 52,5%¹⁷.

A organização urbana da cidade em meio ao inchaço populacional se deu de maneira desenfreada e desigual, sendo pautada em fronteiras invisíveis que reforçaram ainda mais segregação urbana e negavam o direito à cidade, como uma moradia de qualidade.

A diminuição de domiciliares do centro de Fortaleza fez com que esse se tornasse um bairro mais comercial, segundo a Lei de Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo de 1975, o centro era considerado um bairro comercial, na década de 80, concentrava apenas 2,95% da população da cidade, que tinha como número total de 1.307.61123, as pessoas que o habitavam possuíam um vínculo empregatício no local.

A pesquisa de domicílios do relatório de Estudo das Vantagens Competitivas do Centro da Cidade de Fortaleza, mostra que de 1980 a 1991 houve a diminuição de 1.184 casas, passando de 6.297 para 5.113, o aumento de 623 apartamentos, que anteriormente eram 2.301 em 1980 passando a 2.924 e o surgimento de 195 casas de cômodos¹⁸. O aparecimento de casas de cômodos na pesquisa era um fenômeno novo e sem muitas explicações no período.

¹⁵Ibidem.

¹⁶JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza. Annablume.2000.

¹⁷Disponível em:<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>[acesso: 10 de dezembro de 2022]

¹⁸Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tendências sócio demográficas do Centro de Fortaleza (Relatório 01). In: Estudo das vantagens competitivas do Centro da cidade de Fortaleza. SEPLA, 2004.

As casas de cômodos entram na nomenclatura de Habitações Coletivas. Segundo a definição de Motta, casas de cômodos são: “sobrados convertidos em cortiço por meio de subdivisões dos cômodos existentes. Esses “cortiços” eram casas de dormidas nas quais se adequavam alguns cômodos para uso comum, como cozinhas e latrinas”¹⁹. Habitações bem diferentes se comparadas com unifamiliares da elite.

O número de habitações coletivas nos anos 90 na cidade de Fortaleza era de 0,60%, considerado um número pequeno, sendo a porcentagem equivalente a preocupação pública com essas moradias. Diferente de São Paulo, esses imóveis são menores e particulares, ou seja, não são resultados de ocupações, e por vezes só são perceptíveis através das placas “aluga-se quartos” e/ou “aluga-se quitinetes”. A correria urbana, as vezes, não permite que notemos esses locais, mas eles existem, juntamente com o problema habitacional.

O centro, no período mencionado, passava por um fenômeno mundial chamado “descentralização”²⁰, que consiste na saída de alguns acessos e serviços que estavam exclusivamente no centro da cidade a outros bairros, porém é necessário salientar que essa chegada foi de maneira desigual, indo inicialmente a bairros que eram considerados de elite, fazendo com que o Centro de Fortaleza ainda possuísse acessos que não haviam chegado a bairros mais abastados, havendo a necessidade do deslocamento até o centro da cidade.

A política habitacional dos anos 70 e 80 foi marcada pelas construções de Conjuntos Habitacionais de Interesse Social, seguindo a lei nº 5234 DE 07 de dezembro de 1979:

Consideram-se Conjuntos Habitacionais de Interesse Social os Projetos elaborados na sua conformidade e destinados à urbanização de áreas para implantação de programas habitacionais promovidos pelas entidades governamentais COHAB-CE, programa de Assistência a Favela da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA) e Fundação do Serviço Social de Fortaleza e cujo custo total, por unidade, incluindo a infraestrutura, não ultrapasse a 500 UPCs.²¹

Como produto dessas obras temos o Conjunto José Walter, Conjunto Palmeiras e Conjunto Ceará, porém essas tiveram como uma de suas características o distanciamento da cidade funcional, já que não se encontravam a par da cidade e estavam dentro de uma política que pensava na habitação de forma isolada, negando do direito à cidade, já que a maioria dos acessos estavam

¹⁹ MOTTA, 1894. In: SALOMONI, Clarissa de Menezes Cortiços no Centro de Fortaleza. Viver lá. Clarissa Salomoni de Menezes; Almir Farias (Orient). Fortaleza: DAU/CT-UFC, 2011.

²⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

²¹ PREFEITURA DE FORTLEZA. LEI Nº 5234 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1979, Fortaleza.

distantes desses conjuntos e se encontravam no centro de Fortaleza, o que nos leva a pensar que a problemática da moradia está para além da habitação.

O número de vias para o transporte rodoviário de outros bairros para o centro, no período, ainda era limitado, sendo mais comum a utilização de transporte rodoviários, que possuía horários específicos para seus trajetos. Ambos, transportes rodoviários e ferroviário, tinham, em geral, como destino final o centro, com o intuito de levar as pessoas ao trabalho. Morar no espaço central garantia a facilidade da chegada e saída do trabalho, diminuindo a possibilidade de atrasos e possibilitando ir ao trabalho andando²².

Ainda que o centro de Fortaleza durante os anos 80 fosse considerado um local de possibilidades, ele também estava passando por um esvaziamento habitacional de domicílios unifamiliares, ganhando outras características de ocupação e sujeitos sociais, sendo retratado comumente em periódicos da época como um local insalubre e de desvalor.

Ao contrário do passado, morar hoje ali passou a ser um desprestígio. Há, além da poluição sonora, uma verdadeira guerra das últimas casas que resistem as ofertas de compras dos empresários que desejam ali instalar pontos comerciais, afora também a constante preocupação com as trombadinhas, que fazem do local seu ponto de ação predileto²³.

A mudança dos personagens no espaço central também modificou os olhares voltado para ele, que já chegou a ser ocupado pela alta sociedade fortalezense, foi substituída, segundo um olhar elitista, pela poluição sonora, pressão da especulação imobiliária e “periculosidade” de sujeitos que estavam ocupando o local.

A historiadora Maria Stella através do seu artigo “cidade e história”, nos ajuda a compreender e refletir melhor sobre essa problemática da história das urbanizações. A historiografia diferente de outras ciências, que também estudam fenômenos urbanos/urbanidades, não utiliza o viés analítico baseado da “causa-efeito”. Desse modo, não podemos afirmar que o esvaziamento habitacional unifamiliar do centro da cidade foi em decorrência da descentralização e avanço comercial.

A diminuição do número de habitações unifamiliares e o aumento de habitações coletivas revelam a mudança na forma de ocupar o centro, que estava sendo constituído pelas Habitações Coletivas Precárias de Aluguel (HCPA) e, além disso, revelam também um novo avanço/aumento

²² FORTALEZA. Trem Metropolitano de Fortaleza: Análise sócio-econômica. Setor Cartográfico, Região Metropolitana de Fortaleza, 1990.

²³ PONTES, Edna. No Tramite do Passado: A opção de morar no centro. Jornal O Povo, 7 de novembro de 1986.

do número de comércio, já que a diminuição do número de casas foi maior que o número de habitações coletivas e apartamentos, mas é importante salientar que a diminuição de domicílios não é equivalente à de moradores, pois as habitações coletivas possuíam vivências multifamiliares, ou seja, mais de uma família ocupando o mesmo imóvel.

As habitações coletivas aparecem nas pesquisas habitacionais do centro de Fortaleza em um contexto de mudança de indivíduos na ocupação e transformação do espaço central. O imaginário criado acerca desse tipo de moradia possui, em geral, teor negativo, dessa forma não é incomum ocorrer mudanças de nomenclatura, sendo por vezes são chamadas de pousadas ou hotéis.

A matéria do Jornal O Povo, intitulada “No trâmite do passado a opção de morar no Centro” de novembro de 1986, traz o relato de Ginésio de Sousa, que segundo ele foi o primeiro a transformar sua casa em uma “hotel” na Rua 24 de Maio.

Homem, caladão, meio ensismado é Ginésio de Sousa. Ele mora há 20 anos numa casa que há 18 anos transformou em hotel. Diz que tomou essa decisão sobretudo, por uma questão econômica. “Não tinha profissão, emprego é coisa difícil, então como minha casa fica no centro, por que não montar um negócio? É bom sabia? As amizades que já fiz, não dá pra contar” explica. Ele não esquece de contar que seu hotel foi o primeiro da Rua 24 de Maio, e que depois da sua idéia muita gente passou a fazer a mesma coisa.²⁴

É possível notar que em sua fala não aparecem o termo “casa de cômodo” ou “cortiço”. Os jornais da época possuía uma escrita voltada para pessoas com um maior poder aquisitivo, não sendo abordada experiências plurais. Além da nomenclatura utilizada, é importante notar o interesse financeiro nesse tipo de imóvel.

Uma importante características das habitações coletivas presentes no centro de Fortaleza é que essas funcionam através do inquilinato, ou seja, eram/são de alugueis. As casas de cômodo, como já abordado, são casas que passaram por uma reforma/divisão de cômodos, geralmente um aumento no número de quartos para alugar, podendo serem pagas diariamente, semanalmente ou mensalmente, possuindo uma grande rentabilidade a quem a possui. Suponhamos que uma casa de cômodo possui 10 quartos e cada quarto possui o preço de 20 reais diário para aluguel, em 30 dias apenas 1 quarto gera 600 reais, valor inferior se comparado com residências unifamiliares, mas totalizando 6.000 de lucro para o proprietário por uma habitação precária.

Dona Inês, ex-moradora de casas de cômodos durante os anos 80 e 90, quando perguntada sobre como encontrou esse tipo de habitação disse:

²⁴ Ibidem

HISTÓRIA E CULTURAS

Eu estava procurando... Aí eu perguntei boca a boca... “gente alguém sabe onde tem uma casa que alugue cômodos?” ali não falta pessoa, olha no Centro, se você chegar assim todo mundo sabe tudo... “ah, tem uma casa ali que tão alugando”... aí eu fui até lá, conversei, com ela...²⁵

É possível notar em sua fala que a divulgação desse tipo de moradia era feita “boca a boca” e as mesmas não foram encontradas nas divulgações de imóveis dos jornais. A não utilização dos periódicos para divulgação desse tipo de habitação pode ser um possível indicativo de marginalização que eram destinadas aparentemente a sujeitos e estruturas específicas.

Sobre o público dessas habitações, menciona:

Algumas trabalhavam como camelôs vendendo pulseiras, essas coisas, eu já trabalhava em loja, já tinha uma senhora que vendia marmita, fazia a marmitinha lá no quartinho dela, tinha fogão e entregava, e já tinha outras que não trabalhava, passava o dia lá sentadas... e só mesmo... tinha lá a vida delas, a vida delas lá nos quartos²⁶.

As habitações mencionadas se localizavam, em sua maior parte, bem próximo dos comércios, tendo como público trabalhadores comerciais, o quarto ganha vários usos, entre eles, dormitório e trabalho, por vezes sendo utilizado para a prostituição. Sobre a estrutura de sua primeira morada coletiva, falou:

A Dona... Lourdes era espécie de... Era uma casa, na frente da casa ela fazia almoço, ela servia almoço pras pessoas que trabalhavam nos comércios próximo e tinha um corredor em que ela alugava os cômodos... A casa era grande, geralmente essas casas do Centro são antigas, então todas elas são antigas... então ela era grande, tinha uma frente quadrada, aí tinha a parte que ela servia a refeição, tinha um balcão, tinha uma porta que era fechada, essa porta todo mundo tinha a chave, aí tinha um corredor grande, imenso... Lá na frente, no meio do corredor, tinha uma pia... essa pia era assim... tinha o banheiro e tinha a pia... o banheiro uso das necessidades fisiológicas e a pia fora pra gente lavar o rosto, escovar os dentes, essas coisas... A pia não ficava dentro do banheiro, ficava no corredor e esse corredor era grande e ia até o final da casa, tinha um quintal grande acimentado, onde tinha um tanque que a gente lavava a roupa da gente... O banheiro era fora... Quem chegou ficava na fila esperando o outro tomar banho, pra poder entrar²⁷.

Além disso, também disse que o quarto que morava era bastante pequeno e pelo banheiro ser coletivo, ela evitava ir ao mesmo durante a madrugada, pois tinha receio sobre a sua segurança e

²⁵ Entrevista realizada com senhora Inês [23 de setembro 2019], Caucaia, Ceará. Acervo Pessoal.

²⁶ Ibidem.

²⁷ Ibidem

acabava esperando amanhecer. Ser mulher em uma habitação coletiva requer um cuidado maior em decorrência das inúmeras violências que são destinadas socialmente aos nossos corpos.

A casa de dona Lourdes não possuía uma cultura material que proporcione um conforto aos seus moradores, possuindo mais um propósito voltado para o trabalho que para moradia dentro da espacialidade central.

Segundo Mike Davis:

Em toda parte do Terceiro Mundo a escolha da moradia é um cálculo complicado de considerações ambíguas. Como a frase famosa do arquiteto anarquista Jonh Turner, “Moradia é um verbo”. Os pobres urbanos têm que resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança²⁸.

Sobre as habitações coletivas, Mike Davis as analisa como uma habitação temporária, dentro de uma pequena tentativa de ascensão e estabilidade de trabalho, no qual posteriormente irá ter a volta ou a procura da periferia, como busca da propriedade que não é permitida ter no centro da cidade.

As habitações coletivas possuem divisões internas, existindo o dono do imóvel, o locatário intermediário, que é a pessoa que cuida do imóvel e que está em contato direto com os moradores, sendo às vezes morador também, e os inquilinos que se dividem em antigos e novos (SALOMONI, 2011). A moradia coletiva é um local de disputas, no qual os *outsiders* são sempre colocados como inferiores e submissos por seus semelhantes.

Não é possível afirmar que o aparecimento de casas de cômodos no centro de Fortaleza ocorreu nos anos 80, mas que a mesma a partir do período mencionado, entra para os dados dos domicílios centrais. Os Relatórios de Vantagens de Desvantagens Competitivas do centro de Fortaleza (R01) de 2004, é um documento com interesse comercial, que de modo algum se preocupa com a questão habitacional, apenas reforça que o espaço central é destinado ao comércio, durante os anos 80, 90.

Nos anos 2000 o número de habitações no espaço central foi ainda menor, havendo apenas 4.117 casas, 2.773 apartamentos e 130 casas de cômodos²⁹. Apesar da diminuição, as habitações

²⁸ DAVIS, Mike. Planeta Favela. Tradução: Beatriz Medina. Boitempo. São Paulo, 2006. p 39.

²⁹ PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Tendências sócio demográficas do Centro de Fortaleza (Relatório 01). In: Estudo das vantagens competitivas do Centro da cidade de Fortaleza. SEPLA, 2004.

coletivas ainda fazem parte da realidade da região central, estando bastante presente na dinâmica habitacional do bairro.

A falta de moradia de qualidade ou o déficit habitacional não é um problema específico do centro de Fortaleza, sendo presente em toda capita cearense, conforme o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor, a partir de dados do Censo IBGE/2000:

(...) existiam 82.771 Domicílios Particulares Permanentes (DPP) em aglomerados subnormais, o que representaria 15,74% do total de domicílios de Fortaleza.¹ Deste quadro geral de domicílios, Fortaleza apresenta um déficit quantitativo total, ou seja, o número total de domicílios novos a serem construídos para atender às situações de precariedade habitacional, para o ano de 20002, de 77.615 unidades, correspondendo a 14,75% do total dos domicílios do município. Destaca-se que esta quantidade de domicílios representa 60,37% do déficit total da RMF e 19,81% do total do estado do Ceará. Por outro lado, verifica-se que o percentual de déficit habitacional é bem próximo ao número de domicílios vagos (69.995 mil imóveis). Contudo, a relação não pode ser realizada de forma tão simplificada, visto que estes imóveis possuem, contudo, relação direta com a expansão do mercado imobiliário de média e alta renda, seja para o setor turístico ou para na aquisição como forma de investimento, além de decorrem dentre outros motivos: da incapacidade de absorção dos imóveis pelo mercado de locação ou da localização errada e distante de conjuntos habitacionais em relação aos locais de trabalho (PEQUENO, 2009,p.71).³⁰

A questão da falta moradia e acessos na cidade de fortaleza é uma equação que tem como elementos o planejamento urbano e o mercado imobiliário que impossibilita as pessoas com menor poder aquisitivo a adquirir um imóvel de qualidade em uma área de acessos e serviços básicos.

Em uma conversa com a pesquisadora e arquiteta Clarissa Salomoni³¹ que pesquisou sobre as HCPA no oeste do centro de Fortaleza em 2011, disse que as estruturas das casas eram bem diversas, ela optou pelo Oeste do centro de Fortaleza, pois segundo a mesma partir do PLHISFor/2009, era onde havia um maior número de habitações coletivas. As estruturas pesquisadas pela autora tinham tamanhos variados e diferentes tipologias na forma de construir e habitar. Algumas moradias eram horizontais, funcionando embaixo bares e restaurante, outras eram antigos casarões reformados. Nas casas podiam haver quartos com banheiros, ou um banheiro de uso coletivos, quartos de diferentes tamanhos em uma mesma habitação, quartos vizinhos com diferentes aspectos materiais. O menor quarto visitado pela autora, segundo sua pesquisa, media em média 6 metros quadrados.

³⁰ PREFEITURA DE FORTALEZA. Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza – PLHISFor, 2010. Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA/ Prefeitura de Fortaleza, 2010. p10 e 11.

³¹ Entrevista com Clarissa Salomoni [11 de nov. 2021], Fortaleza, Ceará. Acervo Pessoal.

HISTÓRIA E CULTURAS

O centro de Fortaleza, que era considerado um local considerado abandonado pelo poder público e conseqüentemente para o mercado imobiliário nos anos 2000, se tornou uma fonte de renda bastante lucrativa informalmente.

Para Salomoni, a dinâmica habitacional do centro é modificada a partir do abandono das classes dominantes:

Tem pessoas que são expulsas... O centro esvazia e aí tem um retorno de uma população que de certa forma é excluída, marginalizada, colocada numa questão de abjeção. Você não faz parte do centro, mas tal hora você volta quando esse centro não é mais interessante para uma classe dominante³².

A andança da elite fortalezense em diferentes bairros e como o planejamento urbano vai se constituindo a partir dessas ocupações, demonstra que tipo de cidade habitamos, no qual os bairros que são abandonados pela elite também são pelo poder público e isso não é uma característica específica apenas do espaço central, mas também de outros locais próximos ao centro, como a Jacarecanga..

A habitação no espaço central não é/foi mostrada como importante para o poder público, com a modificação dos habitantes, o centro visto, ainda de maneira mínima é o comercial. Mas como não ver essas pessoas que ocupam esses espaços fora da dinâmica comercial? Como o olhar é treinado para ver apenas o que traz lucro? O Estado dentro de uma estrutura capitalista reproduz e produz a ideia da valorização do capital, pouco se importando com políticas públicas que tenha como intenção a diminuição da desigualdade social. Temos como grande dilema no espaço central a falta de diálogo e conexão desses dois centros, mas temos como elo o abandono público em sua estrutura.

O centro histórico de Fortaleza não possui um projeto de valorização fixo para a preservação da memória e história do bairro, que foi constituído através de práticas elitistas, excluindo durante a primeira metade do século XX a população pobre desse espaço e delimitando quem pode ocupar o centro, quem é “digno” de morar.

A moradia unifamiliar do espaço central se localiza no centro expandido, um pouco mais distantes do comércio, da correria e gritos urbanos, enquanto as habitações presentes no caos comercial são as coletivas. O viver dentro dessas habitações é voltado para o trabalho tendo essas um ritmo diferente aos finais de semana, nem todo morador ou moradora dessas passam o sábado e domingo em seus interiores. A tentativa constante de ignorar essas habitações vai para além da

³² Ibid

estrutura física, mas como os sujeitos/os personagens sociais são considerados inferiores ao poder público municipal.

Em 2009, a Prefeitura Municipal de Fortaleza lança o Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza, segundo o Jornal Diário do Nordeste, o plano “pretende requalificar o espaço para a moradia, direcionando imóveis vazios à demanda habitacional da cidade”. O plano habitacional era participativo, ou seja, aberto a participação da sociedade civil, que na época poderiam até direcionar os possíveis interesses no bairro.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional:

O Desenvolvimento de um plano habitacional para o Centro de Fortaleza tem como principal objetivo a elaboração de uma estratégia de atuação para re-estabelecer habitação na área central da cidade. Desde a década de 90, o Centro sofre um processo de degradação ambiental e de esvaziamento residencial. O bairro possui infra-estrutura e oferece trabalho, porém, hoje há edificações não utilizadas, subutilizadas e terrenos provenientes de demolições ocupando vários trechos do Centro³³.

A própria Prefeitura Municipal de Fortaleza assume que a região central está com uma grande degradação ambiental, sem manutenção ou cuidado público com o bairro. O período que o documento data o abandono é o mesmo período que surgem habitações coletivas nas pesquisas domiciliares e que a cidade passa pela chamada descentralização³⁴.

Os projetos de requalificação ocorridos em centros urbanos trazem uma experiência que não leva em consideração a dinâmica e as pessoas que ocupavam aquele espaço anteriormente, em geral, ocorre uma gentrificação, mudando as estruturas dos imóveis bem como as pessoas que os ocupam, muitas vezes higienizando o local.

Segundo SIMAS (2018):

(...) entende-se gentrificação como um processo que converte um bairro desvalorizado, opção de moradia e de trabalho para baixa renda, em uma mercadoria valorizada a ser consumida pela classe média, empresas e turistas, ampliando assim a reprodução do capital na cidade em negócios turísticos, de entretenimento e/ou imobiliário. Em geral, este fenômeno é estimulado por iniciativas pública e/ou privada e está associado ao êxodo de grande parte da população de baixa renda para outras áreas desvalorizadas e periféricas. Esse êxodo pode acontecer de forma “silenciosa” devido ao aumento do custo de vida, sobre tudo de aluguel; ou de forma mais incisiva através de remoção e demolição de antigos cortiços, ocupações, vilas e prédios inteiros pelo poder público e/ou mercado imobiliário para construção de novos empreendimentos. Do ponto de vista do negócio, esse processo

³³ BRASIL. Plano Habitacional de Reabilitação da Área Central de Fortaleza. Ministério do Desenvolvimento Regional. Brasília, 2009. p.1.

³⁴ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

HISTÓRIA E CULTURAS

de segregação sócio espacial passa a ser desejado para não “repelir” os futuros clientes, ou seja, a classe média, empresas e turistas (Simas,2018)

A gentrificação realizada pelo poder público pode ser vista e notada quando analisamos casos como do Instituto cultural Dragão do Mar e sua relação com a comunidade do Poço da Draga.

O termo gentrificação é uma expressão aportuguesada da palavra *gentrification*, que deriva da palavra *gentry*, grupo que representava a “alta nobreza” e “pequena nobreza” inglesa. Conceito construído pela socióloga Ruth Glass, ao descrever, no livro *London: aspects of change*, de 1964, um fenômeno de renovação de moradias no bairro londrino de Islington, com o êxodo dos habitantes da classe trabalhadora (OMM, 2015).

Além do centro de Fortaleza possuir uma forma mais facilitada do acesso para o trabalho, ele também fica próximo à praia e alguns bares, tendo alguns aparatos culturais de grande importância, como o Instituto Dragão do Mar, mas que muitas vezes não recebem a manutenção dos Estado. O centro proporciona a população central o trabalho e lazer.

Segundo o Censo do IBGE de 2000, a maioria da população do centro (55,7%) tinha entre 20 e 49 anos, 31,4% recebia até três salários mínimos, 55,7% era composta por mulheres, no qual 44,3% dos domicílios ocupados eram alugados³⁵.

Sobre o público que frequenta o Centro, o Instituto Polis traz as seguintes informações:

Pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004) revelou que quem frequenta o Centro são moradores dos bairros periféricos de Fortaleza e do próprio Centro. A maioria (80%) pertence às classes socioeconômicas C e D e utiliza como meios de transporte: ônibus (70%) e trem (15%). Apenas 5% dos frequentadores vai ao Centro de carro próprio. A pesquisa mostrou ainda que cerca de 29% dos frequentadores vão ao Centro diariamente, 23% semanalmente e 20% eventualmente, surpreendendo ao revelar que 63% dos entrevistados não vão para realizar compras. Os entrevistados apontaram como aspectos positivos da região: a variedade de lojas e produtos (58,43%), as praças (25,17%), os preços oferecidos (24,50%), os cinemas e lazer (18,33%), o shopping (14,13%) e o fácil acesso (12,21%)³⁶.

O interesse de requalificar ou até mesmo revitalizar o espaço central cria um imaginário, pela análise do discurso, que esse espaço não possui qualidade e vida, sendo necessário outras ocupações no mesmo, porém o Centro é ocupado de maneiras múltiplas por inúmeros sujeitos, como os e as trabalhadores e trabalhadoras comércio, população em situação de rua, moradores de habitações multifamiliares e unifamiliares, passantes e consumidores. O Centro seria requalificado para quem? Com qual intuito? Não é possível “requalificar” com a população que já existe no local?

³⁵ BRASIL. Censo 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2000.

³⁶ PÓLIS, Instituto. Moradia é central: inclusão, acesso e direito à cidade. Fortaleza 2009.

Os chamados “vazios urbanos” são prédios “abandonados” que não exercem sua função social e cabendo ao estado fazer com que a mesma seja exercida, além desses, também entram nas mudanças proposta a região central os espaços destinados a estacionamentos, empreendimentos bastantes rentáveis devido a rotatividade e à crescente utilização do transporte particular na capital, que apesar de não serem muito utilizados pelos usuários do Centro, ainda há um número considerável. O programa de requalificação habitacional visava uma nova atribuição a esses imóveis.

Apesar da importância de refletir acerca dos vazios urbanos e da falta de função social de alguns imóveis, é necessário pensar que o espaço central já possuía habitações, moradores e moradoras que precisavam de uma atenção do poder público. Ainda que das habitações coletivas, em sua maioria, possuíssem um caráter de imóvel privado, gerando uma rentabilidade através de um aluguel informal, isso não impede uma regulamentação que tenha cuidado com essas moradias e seus habitantes que fazem parte da cidade. Requalificar o centro mudando seus moradores é ignorar completamente o problema habitacional presente no bairro que possui um grande número de pessoas em situação de rua e encortiçados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o viver na cidade é refletir sobre um espaço desigual que transforma e é transformado por seus personagens sociais em uma constante dinâmica. As ocupações e desocupações ocorridas no espaço central apontam as mudanças estruturais da cidade a partir do interesse do capital que segrega o urbano e abandona em conjunto com a saída da elite fortalezense.

O habitar uma casa está para além de ocupar um espaço físico, nela são desenvolvidos hábitos e costumes, criadas as primeiras relações com o outro, suas singularidades, sendo possível notar em seu interior as características do morador. A escolha da habitação não está desassociada dos acessos a cidade. O cálculo para a escolha da moradia leva em consideração a rua na qual se encontra, quais estabelecimento estão próximo, possibilidade de trabalho, acesso a saúde, lazer, ou seja, o direito a cidade, o que torna essa conta injusta já que a maioria dos imóveis com essas características não possui o valor atrativo para grande parcela da população, fazendo que essas se sujeitem a moradia irregulares, com péssima estrutura e que não garantem um conforto mínimo no cotidiano.

É função do poder público valer o direito a moradia presente na Constituição de 1988, garantindo a população uma habitação de qualidade. O número de vazios urbanos, imóveis

irregulares e pessoas sem-teto, reforçam a falta de preocupação e planejamento urbano com quem mais precisa. Falar sobre cidade e moradia é urgente.

4 REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. História, Espaço, Geografia. Diálogos interdisciplinares. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: CIDADE: história e desafios / Lúcia LippiOliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002.

CERTEAU, Michel de. Invenção do cotidiano: artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. Vozes, Petrópolis, RJ, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. Revista do Instituto do Ceará – 2014.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza. Annablume.2000.

HARVEY, David. O Direito à Cidade. In Lutas Sociais. São Paulo, 2012.

LEFEBVRE, Henri. O direito a cidade. Tradução: Rubens Eduardo Farias, Editora Centauro, São Paulo, 2001.

MARICATO, Ermínia. Habitação e Cidade. Atual Editora, ed 05. São Paulo, 1999. MARICATO, Ermínia. O direito de morar no Centro. In: Requalificação de Cortiço: O projeto da Rua Ouvidor, 63 no centro de São Paulo. FAU – USP. Annablume, 2002. MELO, Lúcia. O direito à moradia no Brasil: Política Urbana e Acesso por meio da Regulamentação Fundiária. Fórum, 2010.

MOTTA, 1894. In: SALOMONI, Clarissa de Menezes Cortiços no Centro de Fortaleza. Viver lá. Clarissa Salomoni de Menezes; Almir Farias (Orient). Fortaleza: DAU/CT-UFC, 2011.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida. Artigos e Ensaios. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo- USP, 2009.

PEQUENA. Carlos Augusto Joly. Habitar Híbrido: Interatividade e Experiência na área da Cibercultura. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, 2007.

RAMOS, Elvis C. M. O que é a ciência do espaço em Lefebvre? Desdobrando sua genealogia espacial. Geosp, v. 25, n. 2, e-181965, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/181965/174453>

SOUZA. Simone de; NEVES, Frederico de Castro (organizadores). Seca. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2002.